

## **PROCESSOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SÉCULO XVIII: UM ESTUDO SOBRE FONTES DE PESQUISA**

Thais Nivia de Lima e Fonseca - UFMG

O período colonial brasileiro tem sido pouco visitado pelos historiadores da educação, que têm concentrado mais atenção nas ações ligadas à educação escolar e à catequese, deixando em aberto outras iniciativas educacionais, qualquer que fosse sua modalidade e características. Parte das dificuldades que se apresentam à pesquisa sobre o período pode ser atribuída à natureza das fontes, em grande parte manuscritas e nem sempre identificadas imediatamente à temática da educação, o que torna imprescindível um estudo mais detido sobre elas, um dos objetivos do projeto “Processos e práticas educativas na Capitania de Minas Gerais (1750-1822)”, em desenvolvimento sob minha coordenação, no GEPHE/UFMG<sup>1</sup>. O levantamento de fontes em curso tem permitido a observação mais atenta das características e das possibilidades de abordagem de documentos produzidos pela sociedade mineira colonial. A discussão desses aspectos e a proposição de questões importantes para a pesquisa sobre a educação neste período é o objetivo desse texto.

O exercício de se fazer um levantamento da produção em História da Educação no Brasil mostra claramente as tendências dominantes quanto aos objetos e períodos estudados. É significativo o volume de trabalhos sobre o tema do processo de escolarização e seus desdobramentos, notadamente entre a terceira década do século XIX e meados do século XX.<sup>2</sup> Os períodos anteriores são menos estudados e quase sempre lembrados no que se refere à educação no âmbito do trabalho dos jesuítas, às reformas educacionais no governo do Marquês de Pombal, ou ao pensamento pedagógico em sua associação com os pensamentos político e religioso, sobretudo no século XVIII.<sup>3</sup> Salvo algumas pesquisas mais recentes, pouco sabemos sobre os processos e as práticas para além das formulações intelectuais ou legais relacionadas à educação jesuítica ou ao “sistema” escolar criado com

as reformas pombalinas. Menos ainda sabemos sobre outras formas de educação, institucionalizadas ou não, na América portuguesa.

O desafio de mergulhar nessa época ainda incrivelmente nebulosa para a historiografia da educação brasileira, por meio do levantamento de fontes cartoriais do século XVIII, tem ajudado na percepção de múltiplas possibilidades de investigação, da construção de objetos de pesquisa que, nutrindo-se de frentes já abertas por historiadores de outros campos, trará importante contribuição para a História da Educação. O desafio é ainda maior considerando-se as características da documentação e do seu manuseio: o estado de conservação, não raro precário, às vezes com perda parcial ou total da informação; o ritmo mais lento do processo de leitura que exige, se não o conhecimento estrito de paleografia, ao menos treinamento prático e familiarização com as diferentes caligrafias, as diferenças ortográficas, o uso de abreviaturas, etc; a inexistência de classificações arquivísticas que remetam diretamente ao interesse de estudo, situação derivada das estruturas político-administrativa e jurídica da época, que orientaram a produção dos documentos, e também derivada das formas de organização e armazenamento dos mesmos em tempos posteriores, nem sempre obedecendo a regras fixas; à fragmentação da informação, principalmente quando se trata de documentos de caráter privado e judicial; a existência de cópias dos mesmos documentos em arquivos diferentes; a concentração de determinados tipos de documentos, relativos ao Brasil, em arquivos portugueses.

Além desses aspectos é preciso considerar que muitas das referências consolidadas na pesquisa atual em História da Educação precisam ser de certa forma repensadas quando se trata do estudo do período colonial em geral, mesmo no campo da educação escolar. Escola, aula, aluno, escolarização, cultura escolar, práticas escolares, são algumas referências conceituais que precisam ser entendidas num quadro de significados diverso, ou mesmo questionadas quanto à sua pertinência para aquele período histórico. Em outros casos, é premente a necessidade de uma construção conceitual mais específica, sobretudo quando se trata da educação não escolar, institucionalizada ou não, ainda menos explorada

pela historiografia da educação. Na análise das fontes em estudo, vou considerar essas duas dimensões da educação.

O levantamento de fontes, base do projeto “Processos e práticas educativas na Capitania de Minas Gerais (1750-1822)”, concentra-se, no momento, na documentação relativa à então Comarca do Rio das Velhas, da qual a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (atual cidade de Sabará) era a sede. A entrada das primeiras expedições de exploração das riquezas minerais nesta região ocorreu por volta da década de 1680 e a preocupação com o seu abastecimento levou à plantação de roças e à instalação de pequenos entrepostos, muitos dos quais acabaram dando origem a povoações. Ao redor delas, o assentamento de mineradores propiciou o crescimento de núcleos de mineração, a partir do momento em que, descoberto o ouro, a sua exploração começou a atrair mais e mais pessoas.

Desde a chegada dos primeiros exploradores, conflitos ocorreram envolvendo disputas pelos descobertos auríferos, estimulados pelas dificuldades iniciais do estabelecimento da autoridade metropolitana na região, em confronto com a ocupação intensa e desordenada dos primeiros tempos. No desfecho de um desses conflitos, a célebre Guerra dos Emboabas, a Coroa portuguesa criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1710) e as primeiras vilas (1711), entre elas a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará<sup>4</sup>, tornada, em 1714, cabeça da recém-criada Comarca do Rio das Velhas. A Capitania das Minas Gerais foi, finalmente, separada da de São Paulo em 1720. Sabará esteve, portanto, ligada ao processo de construção da estrutura administrativa da Capitania de Minas Gerais, tendo sido, durante todo o século XVIII, uma importante povoação, não apenas por sua posição como Vila e cabeça de Comarca, mas também por ter se tornado um importante centro da economia da região, passagem para os caminhos da Bahia, pólo do comércio e da exploração aurífera, além de situar-se em região próspera nas atividades agrícolas. Sua conformação urbana não diferiu substancialmente das demais vilas da área mineradora, no que toca às formas arquitetônicas, no ordenamento das ruas, na instalação dos principais equipamentos urbanos da época, como o pelourinho, os

chafarizes, as pontes. Desde as últimas décadas do século XVIII a Vila de Sabará e seu termo <sup>5</sup> era a mais povoada da Capitania, assim como a própria Comarca do Rio das Velhas, da qual era sede, a mais extensa e populosa. Estima-se que em 1808 a Vila de Sabará teria, no conjunto, cerca de 76.000 habitantes. Além disso, cumpre lembrar que as preocupações da coroa portuguesa com o ordenamento e o controle da população e de suas atividades, resultaram na criação de complexa estrutura administrativa, que contava com um pequeno exército de funcionários, civis e militares.

Essas brevíssimas indicações são importantes para a problematização em foco, uma vez que têm relação direta com a produção dos documentos que estamos inventariando e com o dinamismo da vida urbana da Vila de Sabará até as primeiras décadas do século XIX. O fato de ter sido a cabeça da Comarca do Rio das Velhas, portanto, central nas esferas administrativa e judicial, faz com que seja referencial na localização da documentação e no estabelecimento de importantes relações entre as fontes. Nossa pesquisa tem se concentrado, até o momento, no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) e no Arquivo Histórico da Casa Borba Gato/Museu do Ouro/IPHAN (Sabará). Em breve ampliaremos o levantamento no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e em arquivos portugueses, especialmente o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) e as bibliotecas das universidades de Coimbra e Évora. Isso sem contar o Arquivo Histórico Ultramarino, que pode ser consultado no Brasil, eletronicamente.

No Arquivo da Casa Borba Gato encontra-se predominantemente a documentação notarial, ou cartorial, e nosso levantamento tem privilegiado os testamentos e inventários e os documentos que podem ser encontrados incorporados a eles ou de forma avulsa, como requerimentos, justificações, petições e contas testamentárias. No Arquivo Público Mineiro a pesquisa concentra-se na documentação administrativa, referente à Câmara Municipal de Sabará e ao governo da Capitania de Minas Gerais. Aqui temos livros de receita e despesas da Câmara, registros de leis e ordens régias, registros de provisões e licenças para militares e oficiais mecânicos, registro de correspondências dos governadores, petições, despachos, bandos, circulares, entre outros. A pesquisa tem privilegiado a segunda metade do século

XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX, período que corresponde aos governos de D. José I, D. Maria I e de D. João VI, quando foram implementadas reformas na educação escolar em Portugal e em seus domínios. Para Minas Gerais a situação foi peculiar, pois não tendo vivido a experiência da educação jesuítica, manteve as formas antigas da educação doméstica e das escolas de professores particulares, além de ter adotado o sistema de aulas régias, como ocorreu em diversas outras partes da América portuguesa. Nesta capitania, a mais urbanizada, outras formas de educação floresceram, independentemente de qualquer modalidade de sistema escolar: educação moral e religiosa no seio das irmandades leigas; educação profissional para o aprendizado dos ofícios mecânicos e das artes, realizado nas oficinas e residências dos mestres e mestras; educação para a formação de bons súditos e bons cristãos, nos espaços de sociabilidade próprios dos núcleos urbanos mineiros.

As fontes nos mostram os indícios e os testemunhos dessas formas diversas de práticas educativas, dos indivíduos e dos grupos nelas envolvidos, suas relações com as instituições detentoras do poder, as estratégias seguidas pelos diversos segmentos da sociedade mineira colonial para melhor se beneficiarem daquelas práticas. Algumas vertentes de investigação já se mostraram possíveis e em processo inicial de análise, como é o caso, por exemplo, do estudo sobre a educação destinada aos órfãos, pobres ou não, e aos expostos. Os resultados do levantamento de fontes, embora parciais, têm nos permitido observar que, fosse essa educação escolar ou não, tinha por objetivo dar a esses indivíduos condições de sobrevivência quando se tornassem adultos ou quando se emancipassem.

Para os pobres, essa educação voltava-se prioritariamente para o aprendizado de ofícios mecânicos, embora eventualmente também fossem levados a aprender a ler, escrever e contar. Muitos documentos, principalmente os inventários, contêm informações importantes sobre essa questão, uma vez que, por meio das indicações destinadas aos tutores e curadores de órfãos, nos ajudam a traçar os percursos das estratégias e das práticas educativas referentes a eles. Os *autos de contas* anexados aos inventários, contêm as especificações dos gastos dos tutores com cada órfão sob sua tutela, entre os quais

encontramos aqueles relativos ao pagamento dos mestres e mestras de ofício, e os professores de primeiras letras. Além de declarar o estado de saúde dos órfãos, seus domicílios e o cumprimento das obrigações a eles incumbidas, os tutores também registravam a compra de itens como vestuário, remédios, alimentação, e material escolar e de trabalho. Assim é possível perceber as diferentes ações quanto à educação para homens e mulheres, a concentração da educação profissional aos órfãos pobres ou de menores posses, a destinação da instrução elementar por meio do aprendizado das primeiras letras, além de, eventualmente, indicações quanto às idades adequadas para o envio de crianças à escola ou os impedimentos definitivos para isso, como deficiências físicas e mentais, segundo o julgamento da época. Muitas vezes, crianças expostas acabavam tendo sua origem revelada nos testamentos e inventários *pós-mortem*, como filhos naturais de homens abastados, geralmente portugueses, com mulheres negras ou mestiças. O reconhecimento desses filhos muitas vezes refletia-se numa alteração das estratégias educativas a eles destinadas, quando os pais expressavam em testamento seu desejo de vê-los na escola de primeiras letras, sem que, no entanto, se descartasse a via da educação profissional, inclusive para as meninas, enviadas muito freqüentemente para as mestras de costura.

Outras questões são ainda indicadas pelas fontes, como a possibilidade do estudo sobre as condições de vida e de trabalho dos professores e mestres de primeiras letras. As reformas pombalinas, não obstante tenham criado um meio de financiamento para a educação estatal – o Subsídio Literário –, não alteraram profundamente relações já existentes antes delas, no âmbito das escolas que, embora chamadas públicas – abertas ao público – eram mantidas por recursos particulares, por meio do pagamento dos serviços dos professores. Muitos documentos revelam tais relações, estabelecidas entre professores e famílias que mantinham seus filhos nessas escolas. Nos inventários essas relações ganham uma dimensão importante, já que podemos perceber, por meio de requerimentos e petições de cobrança de pagamento de aulas, as redes de relações construídas pelos indivíduos, o valor e as funções conferidas ao aprendizado das primeiras letras, além de ajudar a

desconstruir verdades há muito assimiladas sobre a vida intelectual das Minas Gerais colonial.

Além dessa dimensão, temos também ampliado as possibilidades de estudo de práticas educativas voltadas para a formação moral e religiosa da população, tanto nos espaços mais públicos de sociabilidade quanto no interior de instituições organizadas, como é o caso das irmandades leigas, cruciais para a compreensão da disseminação e de apropriação de valores, de crenças e de práticas vindas de origens culturais diferentes e amalgamadas num cenário profundamente mestiçado, biológica e culturalmente, como foram as Minas setecentistas. Descortinando todo esse universo, as fontes que temos investigado têm ajudado a distinguir mais nitidamente grupos e indivíduos em suas posições naquela sociedade, suas trajetórias ao longo de algumas décadas, esclarecendo os seus entrelaçamentos com a vida política, com as atividades econômicas, com as práticas religiosas e com o universo cultural de um importante núcleo urbano da Capitania de Minas Gerais.

O universo de fontes em foco não é inédito para a historiografia colonial brasileira, mas é quase inexplorado pela história da educação. O trabalho com elas exige uma interlocução permanente com a produção mais ampliada sobre o período colonial, bem como a busca por referências de trabalhos correlatos realizados em outras antigas áreas coloniais – como alguns países latino-americanos – além, obviamente, dos estudos portugueses. Também exige, como já foi mencionado, um esforço para a produção de outros sentidos à idéia de educação, escolar e não escolar, dadas as características da sociedade colonial brasileira e, em especial, às especificidades da sociedade mineira colonial. O desenvolvimento de várias frentes de trabalho, no processo de reflexão conjunta e simultânea ao levantamento das fontes documentais, visa trazer para a história da educação brasileira uma relevante contribuição, em campo pouco explorado e até secundarizado no conjunto da historiografia da educação em nosso país.<sup>6</sup>

---

<sup>1</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação – Faculdade de Educação/UFMG.

---

<sup>2</sup> Ver CATANI, D. Bárbara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, n.19, jan/abr. 2002; BASTOS, Maria Helena & BENCOSTA, Marcus Levy & CUNHA, Maria Teresa S. Uma cartografia da pesquisa em história da educação na região Sul: Paraná, Santa Catarina E Rio Grande do Sul (1980-2000). Trabalho encomendado pelo GT História da Educação da ANPED, mimeo, 2002.

<sup>3</sup> Ver, sobre essa produção, FONSECA, Thais Nivia e Lima e. Historiografia da educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. *II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003; \_\_\_\_\_. História cultural e história da educação na América portuguesa. 26<sup>a</sup>. *Reunião Anual da ANPED*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2003.

<sup>4</sup> As outras foram Mariana e Vila Rica.

<sup>5</sup> Que compreendia inúmeros arraiais, distritos e freguesias, como Santa Luzia, Santa Quitéria, Congonhas do Sabará, Curral del Rei, Sete Lagoas, Contagem das Abóboras, Capela Nova do Betim, Venda Nova e Raposos.

<sup>6</sup> Alguns resultados parciais da pesquisa podem ser vistos nos seguintes trabalhos produzidos por mim em co-autoria com membros da equipe do projeto “Processos e práticas educativas na Capitania de Minas Gerais (1750-1822)”, todos apresentados recentemente no III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais (São João Del Rei, 2005): *Visão sobre a educação na religião: as práticas educativas nas irmandades leigas do século XVIII nos olhares de Debret e Rugendas*; *Corpo como instância educativa: uma mistura de culturas*; *Fontes para o estudo da história da educação na Capitania de Minas Gerais*; *O ensino de primeiras letras na Capitania de Minas Gerais*.